



28 DE JULHO DE 2015

Terça-feira

- MARINHA BRASILEIRA RECEBE NAVIO QUE AUXILIARÁ EM PESQUISA MINERAL
- ENERGIA BARATA DE USINAS DEVOLVIDAS À UNIÃO JÁ CHEGA ÀS DISTRIBUIDORAS
- “META FISCAL PODERIA TER FICADO EM 0,4%” DIZ LEVY
- A QUEM INTERESSA A PRORROGAÇÃO DAS CONCESSÕES?
- ANEL DE INTEGRAÇÃO, PRIORIDADE PARA O PARANÁ
- GOVERNO ANUNCIA PRONATEC APRENDIZ NA MICRO E PEQUENA EMPRESA
- HONDA CONVOCA RECALL DE 447,5 MIL VEÍCULOS, O MAIOR DA HISTÓRIA DA MARCA NO PAÍS
- VOLKSWAGEN TOMA LUGAR DA TOYOTA COMO MAIOR MONTADORA DO MUNDO
- CRISE DO SETOR PESA SOBRE AÇÃO DA GERDAU
- VALE REDUZ PRODUÇÃO EM MINAS GERAIS E PARA DUAS UNIDADES
- VENDA A DESCOBERTO DE MINÉRIO DE FERRO É MELHOR OPERAÇÃO EM MEIO À DEPRESSÃO DE COMMODITIES, DIZ CITIGROUP
- PREJUÍZO BILIONÁRIO LEVA ANGLO AMERICAN A CORTAR 6 MIL EMPREGOS
- ACÇÕES DA VALE TÊM FORTE QUEDA COM PREOCUPAÇÃO SOBRE PREÇO DO MINÉRIO
- FIM DE OBRAS DA MINERADORA AFETA CIDADES COMO ITABIRA E NOVA LIMA
- USINAS LANÇAM ROTA DE MINÉRIO 3.0; VALE MIRA 4ª ONDA
- FERROVIAS GANHAM DESTAQUE EM NOVO PLANO DO GOVERNO
- INDÚSTRIA NAVAL JÁ DEMITIU 14 MIL NESTE ANO
- VW PROJETA CENÁRIO AINDA PIOR EM 2015

- FIAT CHRYSLER RECEBERÁ MULTA RECORDE NOS EUA
- TURBOS GARRETT REMAN CHEGAM AO MERCADO
- BANCOS PSA E SANTANDER TAMBÉM FIRMAM PARCERIA NO BRASIL
- CONFIANÇA DE SERVIÇOS RECUA 2,9% EM JULHO E TEM NOVA MÍNIMA HISTÓRICA
- GM E CHINESA SAIC VÃO DESENVOLVER VEÍCULOS COMPACTOS PARA MERCADOS EMERGENTES
- MICHELIN VÊ PREÇOS MENORES DOS PNEUS COMO DESAFIO PARA ATINGIR METAS
- RESULTADO DA FORD SUPERA EXPECTATIVAS COM LUCRO NA AMÉRICA DO NORTE
- APÓS 7 ANOS, ERB TIRA DO PAPEL USINA DE COGERAÇÃO
- APÓS COMPRAR ATIVOS DA RIO TINTO, ICVL VISA EXPANSÃO
- CONFIANÇA DA CONSTRUÇÃO DA FGV CAI 4,7% EM JULHO ANTE JUNHO
- APPLE QUER PARCERIA COM BMW PARA CRIAR SEU CARRO ELÉTRICO
- PPE: INCLUSÃO DE EMPRESAS TERÁ FORMULÁRIO ESPECÍFICO
- PPE: ENTENDA O INDICADOR LÍQUIDO DE EMPREGOS

CÂMBIO EM 28/07/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,396	3,397
Euro	3,754	3,756

Fonte: BACEN

Marinha brasileira recebe navio que auxiliará em pesquisa mineral

28/07/2015 - Fonte: Companhia Baiana de Pesquisa Mineral

A marinha do Brasil recebeu no dia 23 de julho o Navio de Pesquisa Hidroceanográfico (NPqHo) "Vital de Oliveira", que será utilizado para o monitoramento e caracterização física, química, biológica, geológica e ambiental de áreas oceânicas estratégicas para a exploração de recursos minerais, óleo e gás, o que ampliará a presença brasileira no Atlântico Sul e Equatorial.

O navio, adquirido por meio de um acordo de cooperação firmado entre o Ministério da Defesa (MD), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a Petrobras e a Vale, foi incorporado à Marinha do Brasil em março deste ano, em cerimônia ocorrida em Singapura, e chegou ao Brasil no dia 15 de julho. Ele foi lançado ao mar em setembro do ano passado.

O investimento realizado para a aquisição do navio foi de R\$ 162 milhões, sendo R\$ 70 milhões da Petrobras, R\$ 38 milhões da Vale, R\$ 27 milhões do MCTI e R\$ 27 milhões da MB.

A cerimônia de entrega do navio contou com a presença do Ministro da Defesa, Jaques Wagner, do Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo, e do comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira.

Wagner disse que apostar na tecnologia, pesquisa e inovação oceanográfica aumenta o poder e a soberania do país. "É a aplicação da tecnologia e do conhecimento do mar na defesa nacional. O navio impulsiona nosso poder de dissuasão porque trabalha com oceanografia física que mede a temperatura da superfície do mar, qualidade e suas propriedades, facilitando, por exemplo, missões com submarinos", disse.

Por ser equipado com tecnologias modernas, um total de 28 equipamentos científicos, o navio representa importantes avanços para o país, uma vez que os recursos disponíveis podem auxiliar o pleito do Brasil junto à Comissão de Limites da Organização das Nações Unidas (ONU) no sentido de ampliar o limite exterior da área marítima, na qual o Brasil detém os direitos de soberania para a exploração de recursos naturais.

A embarcação também apresenta habilidade especial para realizar pesquisas de busca de nódulos metálicos no fundo do mar, além da localização de petróleo e gás em superfícies bem inferiores, como é o caso da camada pré-sal e da exploração de recursos minerais em águas profundas como a Zona Econômica Exclusiva (ZEE).

A gestão do "Vital de Oliveira" será conduzida por um Comitê com representantes dos MD, por meio da MB, MCTI, Petrobras e Vale, e tem por finalidade coordenar as atividades e maximizar a eficiência do seu emprego em prol do desenvolvimento de pesquisas científicas no meio ambiente marinho, bem como organizar os projetos a serem conduzidos a bordo do navio.

Todas as funções e capacidades do navio têm uso dual, ou seja, tanto servirão para assegurar a proteção das riquezas das jurisdições marítimas pertencentes ao Brasil, como poderão ser utilizadas em diversos setores, como no caso da pesca, meteorologia, exploração de recursos minerais, preservação do meio ambiente, entre outras.

Os dados inseridos nas cartas náuticas além de auxiliarem na navegação, provocam impactos na economia do país, refletindo no custo Brasil.

Os registros coletados por navios de pesquisas podem atingir, por exemplo, as empresas seguradoras que fazem transportes de mercadorias para o país, pois dependendo, o frete das mercadorias, pode aumentar ou diminuir, refletindo diretamente no preço final para o consumidor.

O comandante do navio, capitão-de-fragata Alúzio Maciel de Oliveira Júnior, disse que a ampliação da pesquisa no mar vai resultar em mais riquezas e uma mudança total nos rumos do estudo oceanográfico brasileiro. As informações são do Ministério da Defesa.

Energia barata de usinas devolvidas à União já chega às distribuidoras

28/07/2015 - Fonte: Companhia Baiana de Pesquisa Mineral



O governo federal planeja leiloar em setembro 29 hidrelétricas antigas cujas concessões estão vencidas ou prestes a vencer. Como elas serão licitadas por tarifas muito menores que as atuais, o preço da energia ao consumidor tende a subir menos – ou eventualmente cair – na próxima revisão anual de cada distribuidora.

Depois que a maioria das concessões expirou, no início deste mês, a União contratou as antigas concessionárias, entre elas a Copel Geração e Transmissão, para continuarem operando essas hidrelétricas enquanto não sai a licitação. Dependendo do caso, a remuneração das geradoras caiu mais de 80%.

[INFOGRÁFICO: veja onde estão as hidrelétricas que serão leiloadas](#)

As distribuidoras, que já estão recebendo cotas dessa energia mais barata, terão de repassar a economia ao consumidor. Mas os paranaenses vão demorar a ver isso em sua fatura. A tarifa da Copel Distribuição foi revisada no mês passado e a próxima mudança só deve ocorrer em 24 de junho de 2016.

Estou curioso para saber se as empresas do setor vão se interessar por valores tão baixos [no leilão].

Renato Queiroz, pesquisador associado do Grupo de Economia da Energia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Valor menor

O valor pago agora às geradoras é o mesmo que havia sido proposto pelo Planalto – e rejeitado pelas empresas – no pacote de renovação antecipada das concessões, entre 2012 e 2013. O governo sempre deu a entender que não aceitaria cifras muito maiores que essas ao relimitar tais usinas.

Foi o que aconteceu em março de 2014, no primeiro leilão do gênero – o da usina de Três Irmãos, em São Paulo, que pertencia à Cesp. “A receita anual do consórcio vencedor corresponde a R\$ 17 por megawatt-hora (MWh).

Antes, essa usina vendia energia por mais de R\$ 100 por MWh”, diz Antonio Bolognesi, consultor especial da GO Associados. “É por isso que a Fitch, uma agência de risco, rebaixou a nota de crédito da Cemig. Com o fim de várias concessões, sua receita vai cair muito, mesmo que ela própria vença a licitação.”

Levando em conta uma queda esperada de 82% na tarifa média de geração das usinas, de R\$ 150 para R\$ 27 por MWh, a conta de luz dos brasileiros pode ter uma redução anual de R\$ 6 bilhões, segundo estimativas do Ministério de Minas e Energia divulgadas

pelo *Valor Econômico*. O montante equivale a 5% do faturamento total das distribuidoras brasileiras em 2014.

Viabilidade

Alguns especialistas têm dúvidas sobre a viabilidade das tarifas máximas que o governo vai fixar no leilão. “Estou curioso para saber se as empresas do setor vão se interessar por valores tão baixos”, diz Renato Queiroz, pesquisador associado do Grupo de Economia da Energia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

“As geradoras vão receber apenas pela operação e manutenção. Se precisarem trocar um equipamento, terão de pedir à Aneel para incorporar isso na tarifa, o que é extremamente burocrático.”

Para Thais Prandini, diretora-executiva da Thymos Energia, o Planalto terá de “remodelar” as tarifas para que o leilão fique mais atraente. “Imagino que, além do que foi oferecido em 2012, vai entrar a correção pela inflação e alguns custos que estavam de fora. Aqueles valores pagavam com muita dificuldade a operação e a manutenção.”

REMUNERAÇÃO

A Copel está recebendo o equivalente a R\$ 14,8 milhões por ano pela operação da usina de Parigot de Souza, em Antonina (Litoral). Pela pequena central Mourão I, em Campo Mourão (Centro-Oeste), a remuneração é de R\$ 1,3 milhão.

Em ambos os casos, os valores são de outubro de 2012. Em termos atualizados, os montantes equivalem respectivamente a R\$ 18,90 e R\$ 35,11 por MWh, segundo o diretor da Copel Geração e Transmissão, Sergio Lamy.

VALOR AFETIVO

As usinas de Mourão I (8,2 MW) e Parigot de Souza (260 MW) respondem por apenas 5% do parque gerador da Copel. Mas a segunda tem valor sentimental para a companhia, por sua engenharia e seu papel na emancipação energética do estado.

Parigot de Souza é uma usina subterrânea, construída sob a Serra do Mar, que gera energia aproveitando uma diferença de altitude de 754 metros entre o reservatório do Capivari, na Grande Curitiba, e a central geradora, a 15 quilômetros de distância, em Antonina.

Quando inaugurada, em 1971, era a maior usina da Região Sul e foi a maior da Copel até 1980.

LEILÃO

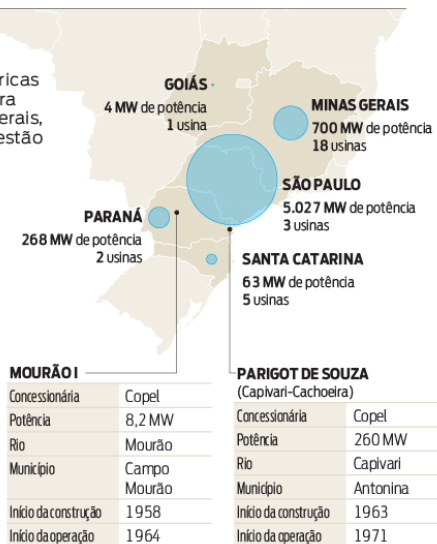
A maioria das 29 hidrelétricas com licitação prevista para setembro fica em Minas Gerais, mas é em São Paulo que estão as maiores.

Juntas, as 29 usinas têm potência de **6.062 megawatts**, o equivalente a **6,7%** da capacidade de geração hidrelétrica do país, e **4,4%** do parque gerador brasileiro.

AS USINAS DO PARANÁ

Juntas, Parigot de Souza e Mourão I têm potência de **268 megawatts**, o equivalente a **1,8%** da capacidade de geração hidrelétrica do Paraná. As duas usinas respondem por **4,8%** do parque gerador da Copel.

Fonte: Aneel e Copel.
Infografia: Gazeta do Povo.



Cobrança de "bônus de assinatura" pode limitar queda das tarifas

Corre pelo setor elétrico o rumor de que o governo federal, em busca desesperada por recursos extraordinários, avalia cobrar um "bônus de assinatura" na licitação das antigas hidrelétricas, algo inédito desde a adoção do modelo de leilões, em 2004. Em 11 anos de licitações, sempre saíram vitoriosas as empresas que se propuseram a cobrar as menores tarifas pela energia.

Para especialistas, a exigência de um bônus pode limitar a redução das tarifas, pois o pagamento extra elevaria as despesas do futuro concessionário. Ou seja, o dinheiro reforçaria o caixa do governo, mas aliviaria menos o bolso do consumidor.

Copel vai propor alternativa ao leilão

A Copel, que desde 8 de julho presta o serviço de operação de duas hidrelétricas que até então lhe pertenciam, vai apresentar ao governo federal uma proposta para evitar que as usinas sejam licitadas.

A sugestão é que a estatal e outras geradoras continuem no comando das antigas concessões, recebendo apenas pela operação e manutenção. Em outras palavras, a ideia é tornar permanente o regime temporário que entrou em vigor neste mês.

No fim de 2012, a Copel não quis participar da renovação antecipada de concessões, em condições muito parecidas com as que propõe agora. A empresa ficou com energia "descontratada" desde então e pôde lucrar com a venda da eletricidade a preços elevados no mercado "spot".

"Há três vantagens em manter as usinas com quem já está cuidando delas", argumenta o diretor da Copel Geração e Transmissão, Sergio Lamy. "A primeira é a modicidade tarifária, uma vez que a agência reguladora pode estabelecer receitas anuais para o serviço, como fez em 2012.

A segunda está na confiabilidade do serviço, ao manter as usinas operadas por quem as conhece. E a terceira é que, se fizer licitação, o governo terá de indenizar os ativos não depreciados, o que vai contra o ajuste fiscal." Lamy defende que essa indenização seja diluída na tarifa pelos próximos 30 anos.

Antonio Bolognesi, consultor especial da GO Associados, avalia que, para aceitar tal proposta, o governo tem de mudar a lei. "A legislação é muito clara sobre a necessidade de licitação. E foi seguida à risca em 2014, com a usina de Três Irmãos", diz.

A advogada Fernanda Amante, sócia do Bichara Advogados, também defende o leilão. "É a forma legal, e permite a participação de outros investidores, criando uma competição capaz de reduzir mais a tarifa."

"Meta fiscal poderia ter ficado em 0,4%" diz Levy

28/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, deixou claro que o governo está fazendo o máximo que pode em termos fiscais e que um esforço adicional depende fundamentalmente do Congresso, em entrevista à Agência Estado.

Levy afirmou que o superávit primário de 2016 pode ser aumentado, se houver um "alinhamento de prioridades entre Executivo e Congresso". Para ele, a recente redução da meta de 2015 poderia ter ficado "num mínimo" de 0,4% do PIB (e não 0,15%, como

passou a vigorar) se o Congresso tivesse aprovado o projeto de lei que muda a desoneração da folha nos termos e no timing intencionados pelo Executivo.

O ministro mostrou-se preocupado com a postura recente dos parlamentares: "O protagonismo do Congresso até agora tem sido na direção de enfraquecer a meta (fiscal), pelas mais diversas razões".

Mas frisou ter "absoluta confiança" de que a sociedade, que influencia o Congresso, tem condições de entender a necessidade de um ajuste estrutural das contas públicas, que crie condições de crescimento num ambiente global mais difícil.

Levy aposta na retomada do crescimento pelo reequilíbrio fiscal, melhoras em setores da economia, abertura de mercados e absorção de novas tecnologias.

A quem interessa a prorrogação das concessões?

28/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Sou contra a prorrogação dos contratos de pedágio. A atual concessão, com mais de 16 anos, não trouxe benefícios para a sociedade paranaense; pelo contrário, se tornou cara e com poucas obras.

Por isso, prorrogar é um bônus desmerecido para as atuais concessionárias, que vão ganhar mais 24 anos. O correto é concluir este contrato e abrir uma licitação que force a concorrência e gere benefícios para a sociedade paranaense.

O atual contrato é pouco transparente. Não existe nele nem o básico, como a fiscalização independente do fluxo de veículos que passam nas praças. Hoje as informações são fornecidas pelas próprias concessionárias. Sem contar o parco número de obras previstas ao longo dos quase 2,5 mil quilômetros do Anel de Integração, com poucas duplicações, viadutos, trincheiras e terceiras faixas.

Mudanças feitas nos contratos, nos anos de 2000 a 2007, retiraram metade das duplicações e interseções. Foram excluídos mais de 400 quilômetros de duplicações e centenas de trincheiras, viadutos, trevos, passarelas e outras interseções. Essas mudanças criaram um imbróglio em que tanto governo quanto concessionárias dizem que saíram perdendo.

Prorrogar os contratos será apenas um remendo que não vai solucionar os problemas. Os estudos da Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo, contratada pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, mostram ganhos para as concessionárias.

Nos balanços anuais da maior das concessionárias há registros de lucros líquidos de R\$ 200 milhões desde 2009. Hoje a operação paranaense dessa empresa representa o maior lucro da holding, que tem outras concessões no Brasil.

Até o momento, o contrato tem sido favorável para as concessionárias, a ponto de a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) defender publicamente a prorrogação.

Reforço que o melhor é esperar acabar o contrato em 2021 e licitar com um novo pacote de obras, mais robusto, como aconteceu na licitação da ponte Rio-Niterói, em que houve a redução dos preços cobrados.

Os novos contratos adotarão taxas internas de retorno (TIR) entre 8,01% e 9%, diferentemente dos 16,95% a 19,05% aplicados ao longo dos 2.492 quilômetros do Anel de Integração.

Assim, o contrato mais equilibrado vai evitar discrepâncias como a que faz um caminhão com nove eixos pagar quase R\$ 1 mil para ir de Foz do Iguaçu ao Porto de Paranaguá. Com preços justos, a economia paranaense se torna mais competitiva, pois, além da queda nas tarifas, virão obras que vão melhorar o escoamento da safra e evitar acidentes nas rodovias.

Outra vantagem da licitação é obrigar a revisão do contrato de tempos em tempos, em especial nas zonas urbanas, onde o crescimento populacional provoca a necessidade de se construir passarelas e trincheiras. Tudo isso aconteceria sem encarecer o contrato de pedágio. Hoje, no Anel de Integração, o DER aplica degressos acima da inflação a cada obra inclusa no contrato.

Prorrogar os contratos de pedágio da forma como se está propondo será apenas um remendo que não vai solucionar os problemas causados por essa concessão. Por isso apoio entidades como a Ocepar e a Fiep, contrárias à prorrogação. É preciso que todos unam forças e defendam o que é melhor para o Paraná.

(Luciano Ducci, ex-prefeito de Curitiba, é deputado federal pelo PSB.)

Anel de Integração, prioridade para o Paraná

28/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Nunca imaginei que a proposta de ter obras já e a redução do preço do pedágio no Anel de Integração fosse dar tanta confusão. Creio que há muita desinformação sobre o assunto e gente comparando coisas desiguais. A proposta dos que defendem obras já com redução de preço de pedágio, mesmo que isso dependa da prorrogação de contratos, talvez precise ser melhor explicada.

Estamos pedindo a renovação da delegação do governo federal ao governo do Paraná dos 1.830 km de rodovias que pertencem à União. A razão é que o Anel de Integração é nossa prioridade; se as rodovias voltarem para o governo federal em 2022, poderão deixar de sê-lo.

O grande esforço do governo federal nos próximos anos estará voltado para a construção de rodovias e ferrovias para escoar a produção das regiões Centro-Oeste e Norte do país. É, portanto, para o Paraná uma questão estratégica poder controlar as obras do Anel.

Em segundo lugar vêm as negociações com as concessionárias dos trechos do Anel de Integração. O pedágio realmente é caro, motivo de nosso desejo de reduzi-lo o mais breve possível pelo impacto indireto que tem na renda do produtor rural. E continuará caro até 2022 se os contratos não forem negociados.

O pedágio continuará caro até 2022 se os contratos não forem negociados. Pelos diversos aditivos em governos anteriores, várias obras de duplicação ou terceiras faixas foram retiradas dos contratos ou postergadas para o fim, gerando um passivo judicial de bilhões de reais contra o estado.

Significa que em 2022 o Anel de Integração estará incompleto, com a maior parte em pistas simples – que encarecem o transporte e ceifam vidas – e com uma dívida que

poderia ser negociada na renovação e que será paga pelos contribuintes. O que acontecerá depois? Ninguém sabe.

Em algumas regiões a situação é tão grave que a população exige a duplicação imediata, mesmo com o aumento do pedágio. Refiro-me às manifestações em Cornélio Procópio pela duplicação do trecho Jataizinho-Ourinhos da BR-369.

Lideranças do Oeste do Paraná queixam-se, com razão, de que a região está ilhada por falta de um sistema de transporte eficiente. Mas outras lideranças aceitam ficar mais sete anos como está na esperança de que, depois de 2022, o pedágio acabe.

As concessões de rodovias e ferrovias vieram para ficar. Os governos não têm mais recursos nem para manutenção, quem dirá para a construção de grandes obras. Lembro-me da concessão da BR-163, que passa pelo Mato Grosso e pelo Mato Grosso do Sul e cujo preço de pedágio é citado como exemplar: as obras no Mato Grosso estão por conta do Dnit, do governo federal, que nada fez até agora.

As do Mato Grosso do Sul, até a divisa com o Paraná, estão por conta da concessionária, com financiamento de pai para filho do BNDES, com preço de R\$ 4,38 por 100 km, mas que poderá ser cobrado a partir do momento em que tiver 10% duplicado.

Lembro também que a previsão da tarifa da concessão federal da duplicação do trecho Chapecó-Lapa é de R\$ 13,40 por 100 km, conforme noticiou a **Gazeta do Povo**, acima da média das concessões paranaenses.

E nem dá para comparar o preço da Nova Dutra – duplicada há décadas, com um tráfego intenso (que significa maior receita) – com as nossas, que ainda têm muito por fazer.

A fixação do preço do pedágio depende de uma fórmula matemática, na qual entram algumas variáveis: valor dos investimentos em obras a serem realizadas, despesas de administração e manutenção, taxa interna de retorno contratual, volume de tráfego que significa receita e prazo do contrato. Não tem mistério, como a Faep aprendeu com uma consultoria que contratou para poder entender do assunto.

Se as negociações não atenderem aos interesses do Paraná dentro de um processo transparente, então vamos deixar encerrar os contratos e fazer novas concessões em 2022, a partir de quando serão feitas as obras tão necessárias para a economia paranaense. Lá por 2028 talvez o Anel de Integração esteja totalmente duplicado.

O que não é aceitável é não tentar uma solução agora para ter as obras antecipadas em sete anos e ao mesmo tempo pagar menos pelo pedágio. O importante é que essa discussão precisa ter mais racionalidade.

(Ágide Meneguette é presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep).

Governo anuncia Pronatec Aprendiz na Micro e Pequena Empresa

28/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Em busca de agenda positiva, o governo federal anuncia nesta quarta-feira (28), mais uma vez, o programa Pronatec Aprendiz na Micro e Pequena Empresa que permite a contratação de adolescentes por pequenos negócios. Para tornar a prática atrativa aos empresários, a União bancará os custos da qualificação obrigatória.

O mesmo programa foi anunciado em setembro do ano passado, no período de campanha eleitoral.

Na primeira etapa, serão ofertadas 15 mil vagas em 81 municípios selecionados pela classificação no Mapa da Violência – Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro são os Estados que possuem a maior parte dessas cidades.

As áreas dos cursos são informática, operações de varejo, serviços administrativos e alimentação.

A prioridade do programa será atender jovens entre 14 e 18 anos matriculados na rede pública de ensino, com prioridade para os que estão em situação de vulnerabilidade: abrigos, resgatados do trabalho infantil, egressos do cumprimento de medidas socioeducativas, por exemplo. Não é preciso estudar em uma escola técnica.

Legislação

Atualmente, as médias e grandes empresas são obrigadas a contratar entre 5% e 15% de jovens aprendizes ou podem contratar um jovem se tiverem mais de sete funcionários. Para contratar um jovem aprendiz, a micro e pequena empresa terá que ter, pelo menos, um trabalhador com carteira assinada.

Segundo a legislação, o estágio tem que ser acompanhado por uma entidade certificadora e as contratantes bancam o treinamento e a certificação.

No caso das micro e pequenas empresas, a qualificação será feita por meio do Programa nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), lançado em 2011.

A carga horária teórica mínima dos cursos de aprendizagem é de 400 horas, distribuídas no decorrer de todo o período do contrato – algo em torno de um dia por semana em dois anos.

“Há no Brasil uma micro e pequena empresa em cada esquina. Essas empresas cumprirão o papel fundamental de escola do trabalho na visão prática do que é ser empreendedor”, defendeu o ministro Guilherme Afif Domingos, da Secretaria da Micro e Pequena Empresa.

Remuneração

As empresas que aderirem ao programa terão que pagar um salário mínimo para uma carga de trabalho de 4 a 6 horas diárias. Esse rendimento varia entre as regiões e de acordo com a convenção da categoria profissional.

É preciso ainda recolher 2% para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O adolescente pode trabalhar por até 2 anos no mesmo lugar. Menores de 18 anos não podem trabalhar entre 22 horas e 5 horas.

No caso de pessoa com deficiência, não há limite de idade – pode ter mais de 24 anos - desde que não tenha exercido a função de aprendiz anteriormente. Também não precisam cumprir requisito de escolaridade.

De acordo com o Ministério do Trabalho, mais da metade dos aprendizes com deficiência permanecem na mesma empresa como trabalhadores contratados.

Honda convoca recall de 447,5 mil veículos, o maior da história da marca no país

28/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



A Honda está convocando 477.580 proprietários de modelos Fit, City, Civic e CR-V para substituição gratuita do insuflador do airbag do motorista. Trata-se do maior recall da marca no Brasil e o terceiro anunciado em menos de três meses.

Segundo a montadora, caso não seja trocado, a estrutura do insuflador poderá romper durante o acionamento do airbag, provocando a projeção de fragmentos metálicos no interior do automóvel, o que poderá causar lesões graves ou até mesmo fatais.

O modelo com maior número de recall desta vez é o Civic, para o qual estão sendo convocados 219.013 proprietários de carros fabricados de 2007 a 2011. Em seguida, aparece o Fit, com chamado para 123.322 unidades produzidas entre 2010 e 2012.

Para o City, o recall envolve 75.508 modelos 2007 a 2011. Já do CR-V, estão sendo chamados 59.737 donos de unidades fabricadas entre 2009 e 2012. O agendamento da troca deve ser feito pelo telefone 0800-701-3432 ou pelo [site da Honda](#).

Outros defeitos

A Honda explicou que o novo recall é uma extensão do convocado em 1º de junho, também para substituição gratuita do insuflador do airbag do motorista e do passageiro. Naquele mês, o chamado envolveu 290.361 modelos Fit, Civic e CR-V fabricados entre 2004 e 2009.

Menos de um mês antes, em 12 de maio, a montadora japonesa tinha convocado 423.217 donos de modelos Fit, City, Civic e CR-V para consertar defeito no sensor que mede o combustível no tanque, até então, o maior recall da marca no país.

Volkswagen toma lugar da Toyota como maior montadora do mundo

28/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A Volkswagen tomou o lugar da Toyota como a maior montadora mundial em vendas no primeiro semestre, conquistando uma ambição de longa data três anos antes da meta.

A maior montadora japonesa disse nesta terça-feira ter vendido 5,02 milhões de carros entre janeiro e junho, uma queda de 1,5% em comparação com o mesmo período do ano passado e inferior aos 5,04 milhões de veículos vendidos pela Volkswagen anunciado em 17 de julho.

A montadora alemã vem aumentando sua escala sob os oito anos de administração do presidente-executivo Martin Winterkorn, impulsionado pela adição de marcas e fábricas além da ampliação das vendas na China.

As vendas do grupo VW, que também incluem as marcas de luxo Audi e Porsche, mais que dobraram no ano passado, chegando a 10 milhões de veículos, enquanto o lucro quase triplicou para 12,7 bilhões de euros (14 bilhões de dólares).

"A VW está capturando a coroa de vendas em tempos difíceis com os maiores mercados automobilísticos em declínio," disse o chefe do centro de gerenciamento automotivo, um grupo de pesquisa próximo a Colônia, Stefan Bratzel.

A empresa com sede em Wolfsburg tem como meta um aumento "moderado" das vendas comparado ao recorde de 10,1 milhões de veículos no ano passado. O grupo irá divulgar os resultados do primeiro semestre deste ano na quarta-feira.

Crise do setor pesa sobre ação da Gerdau

28/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

O cenário mais fraco do setor siderúrgico e ruídos na comunicação entre empresa e mercado levaram a mais uma queda das ações da Gerdau. No pregão de sexta-feira da BM&FBovespa, os papéis preferenciais da Gerdau S.A. caíram 3,15%, para R\$ 5,84, enquanto os da Metalúrgica Gerdau recuaram 1,62%, para R\$ 3,64.

Esse é o pior nível para a Gerdau desde julho de 2005. No caso da Metalúrgica, a cotação é apenas um centavo superior à de quarta-feira, quando fechou no patamar mais baixo desde dezembro de 2003. No acumulado de 2015, a Metalúrgica lidera as perdas do Ibovespa, com queda de 67,5%, enquanto Gerdau S.A. cai 38,3%.

Analistas acreditam que boa parte da pior avaliação dos investidores tem a ver com o fato de a empresa ser vista como o investimento preferido do setor na bolsa desde o começo do ano. Como os resultados não foram entregues e a situação se deteriorou, seria a hora de reduzir exposição.

Enquanto no primeiro trimestre as ações da Gerdau S.A. subiram 6,7%, nos três meses posteriores o que se viu foi uma inversão, queda de 26%. Desde então, o papel caiu ainda mais, 22%.

No caso de CSN, o ativo subiu apenas 5% até março e depois recuou 4,8% no trimestre seguinte. Usiminas PNA caiu 1,6% e 16%, respectivamente. Em 2015, Usiminas perde 23% e CSN, 23,4%.

"O que nós vimos foi uma desistência ao longo do ano", comenta Artur Losnak, analista da Fator Corretora. "Os investidores de fato apostaram nessa história arriscada, mas que era atrativa, da Gerdau. O que parece é que há muito mais desconforto em defender a aplicação de dinheiro no setor do que no passado."

Segundo o Instituto Aço Brasil, as vendas domésticas de aços planos caíram 10,3% no primeiro semestre, em relação ao mesmo período de 2014. No primeiro trimestre, o recuo havia sido de 9% e em 2014 a baixa foi de 6,6%.

"Já tem muito investidor que saiu do setor como um todo, é só ver a queda considerável dos papéis no ano", afirma Victor Penna, do BB Investimentos. "A Gerdau não é mais exceção, ele está inserida em um cenário de desaceleração e as perspectivas para aços longos já pioraram."

Quanto às questões societárias, com reclamação de investidores sobre problemas de transparência, os analistas minimizam a deterioração. "A Gerdau faz o que sempre fez. No

ano passado, por exemplo, já havia comprado participação nas controladas a um preço semelhante", pondera Losnak.

Em novembro de 2014, o conselho de administração da Gerdau aprovou a compra de participações na Açominas, na Aços Longos e na Aços Especiais por R\$ 1,3 bilhão. Agora, o gasto foi de R\$ 2 bilhões por papéis das controladas - mais a América Latina Participações -, mas 40% do valor será financiado com cotas de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Fidc) de recebíveis da Eletrobras.

"Acho coerente o que eles pagaram. Além disso, entendi da reestruturação que é a hora de a companhia entender melhor sua operação e definir uma posição estratégica mais de longo prazo", diz Losnak. "Isso é positivo."

Penna, do BB Investimentos, calcula que, excluindo esse Fidc da Eletrobras, o valor não foi tão caro, já que representaria sete vezes o Ebitda proporcional das controladas. "A companhia está muito barata na bolsa, também por isso pagou um prêmio", acrescenta.

Anteriormente, o Citi havia previsto que o preço representava 20 vezes o Ebitda das empresas, mas incluindo o Fidc.

Agora, os olhos estão voltados para a publicação do balanço do segundo trimestre, marcada para o dia 12. Mesmo assim, caso haja uma surpresa muito relevante - e nesse sentido, só o resultado na América do Norte é visto como sendo possível de surpreender positivamente -, os analistas não esperam uma recuperação aguda nos preços dos papéis. "Não acho que um trimestre seria suficiente para convencer o mercado", diz Losnak.

Vale reduz produção em Minas Gerais e para duas unidades

28/07/2015 - Fonte: O Tempo

A Vale afirmou ontem em seu relatório de produção que decidiu reduzir entre 25 milhões de toneladas a 30 milhões de toneladas sua produção de minério de ferro de alta sílica. A companhia destacou que esses volumes serão substituídos por ofertas de produtos de melhor qualidade.

A redução, destacou a companhia, será proveniente das minas do Sistema Sul e Sudeste e também do minério comprado de terceiros, onde está integrada suas operações em Minas Gerais. Na semana passada o diretor executivo de Ferrosos da Vale, Peter Poppinga, informou sobre essa redução, que ocorreu, segundo ele, a partir deste mês.

O executivo lembrou, na ocasião, que a estimativa para as compras de minério de terceiros era para algo em torno de 14 milhões de toneladas neste ano e deverá cair para menos da metade.

O executivo destacou que a Vale realizou recentemente um pequeno ajuste em seu quadro de funcionários e que já está de volta a uma "fase de normalidade".

"Tivemos a feliz coincidência de minas expandindo e os funcionários foram oferecidos a pegar essas outras vagas, transferindo outros de unidades, e tentamos minimizar todas as consequências", disse.

No relatório de produção a mineradora destaca que as unidades de Feijão, em Brumadinho, e Jangada, em Sarzedo, ambas na região metropolitana de Belo Horizonte, que têm alto custo de beneficiamento e um produto de menor qualidade, foram interrompidas neste mês de julho.

Juntando todas suas operações no Brasil, a Vale atingiu 85,3 Mt de produção de minério de ferro no segundo trimestre de 2015, representando a segunda maior produção trimestral da história da companhia e a maior produção para um segundo trimestre.

Venda a descoberto de minério de ferro é melhor operação em meio à depressão de commodities, diz Citigroup

28/07/2015 - Fonte: InfoMoney

No abatido mundo das commodities, em que o cobre, o ouro e o petróleo bruto estão em queda, o Citigroup Inc. disse que a melhor operação hoje é apostar em mais perdas para o minério de ferro.

“Geralmente estivemos baixistas nos dois últimos anos, portanto é provável que até mesmo hoje vejamos mais oportunidades de queda do que de alta”, disse Ivan Szpakowski, estrategista de commodities do banco em Hong Kong. “Nossa operação preferida no momento seria a venda a descoberto de minério de ferro”.

O minério de ferro afundou para o valor mais baixo desde pelo menos 2009 neste mês porque os maiores produtores, inclusive a Rio Tinto Group e a BHP Billiton Ltd., impulsionaram a produção em um mercado com excesso de oferta, na tentativa de expandir vendas e reduzir os custos por tonelada.

Embora a Fortescue Metals Group Ltd., da Austrália, tenha dito na quinta-feira que limitará suas remessas, a Vale SA, do Brasil, informou a segunda maior produção trimestral de sua história. A oferta vai continuar aumentando, ao passo que a demanda está fraca, disse Szpakowski à Bloomberg Television nesta sexta-feira.

“É a Vale, é a Rio Tinto, é a BHP, assim como o aumento da produção agora em Roy Hill”, disse Szpakowski, em referência à mina financiada pela bilionária Gina Rinehart, cujas remessas devem começar neste semestre. “Esse é o grande aumento da oferta que estamos enfrentando. Ao mesmo tempo, a situação estrutural da demanda no que tange ao aço chinês está bastante fraca”.

O minério com 62 por cento de conteúdo enviado para Qingdao caiu 0,6 por cento, para US\$ 51,42 por tonelada seca na quinta-feira, segundo a Metal Bulletin Ltd. Os preços recuaram para US\$ 44,59 em 8 de julho, o menor valor em pelo menos seis anos, e despencaram 28 por cento neste ano. Embora Szpakowski não tenha dado uma meta de preços na entrevista, o banco projetou que os preços vão ficar abaixo de US\$ 40 neste semestre.

Posição neutra

O Bloomberg Commodity Index operou no patamar mais baixo desde 2002 na sexta-feira, em meio à preocupação de que a oferta esteja superando a demanda. O petróleo bruto em Nova York entrou em um mercado baixista nesta semana, e o cobre caiu para o menor valor em seis anos em Londres.

O ouro esteve no valor mais baixo desde 2010, pois os investidores esperavam que o Federal Reserve (Fed) começasse a elevar as taxas de juros neste ano, impulsionando o dólar.

“Neste momento, o mercado está contabilizando grande parte daquele impacto do aumento das taxas e da valorização do dólar”, disse Szpakowski. “Temos uma posição neutra em relação ao ouro no momento”.

A Vale informou que a produção de minério de ferro aumentou 7,4 por cento, para 85,3 milhões de toneladas, no trimestre encerrado em 30 de junho, superando as estimativas dos analistas. A Fortescue disse que não está planejando mais expansões porque as remessas do ano completo deram um salto de quase um terço no ano fiscal de 2015.

As exportações de minério de ferro da Austrália se expandirão 10 por cento no ano que vem, para 824 milhões de toneladas, segundo uma previsão do Departamento de Indústria e Ciência do país. As remessas serão engrossadas pelas operações em Roy Hill, na região de Pilbara, rica em minério.

Prejuízo bilionário leva Anglo American a cortar 6 mil empregos

28/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

O prejuízo de US\$ 3 bilhões no primeiro semestre do ano levou a multinacional Anglo American a anunciar nesta sexta-feira o corte de 46% da sua força de trabalho no mundo. A mineradora reforçou o programa de reestruturação e corte de custos, eliminando cerca de 6 mil vagas nos próximos anos, incluindo postos de trabalho em operações que a mineradora deseja vender.

“Estruturalmente, estamos nos concentrando em torno da carteira de ativos que têm escala e qualidade para gerar mais valor para o grupo”, explica Cutifani. A companhia planeja arrecadar cerca de US\$ 3 bilhões em vendas de ativos. Neste primeiro momento, a empresa espera cortar custos em US\$ 500 milhões, dos quais US\$ 300 milhões virão da redução de pessoal em projetos em andamento.

Nos primeiros seis meses de 2015, a Anglo registrou prejuízo líquido de US\$ 3 bilhões nos seis primeiros meses de 2015, revertendo um lucro de US\$ 1,46 bilhão obtido no mesmo período do ano passado.

O resultado sofreu impacto de uma baixa contábil de US\$ 3,5 bilhões, sendo US\$ 2,9 bilhões provenientes da reavaliação do valor do projeto brasileiro de Minas Rio.

A receita da companhia recuou 17% de janeiro a junho, para US\$ 13,35 bilhões, na comparação com o mesmo período do ano passado.

Os resultados da Anglo American também foram atingidos pela queda dos preços internacionais de boa parte de seus produtos.

“Nos primeiros seis meses de 2015, vimos uma diminuição considerável de preços para os nossos produtos em meio a um ambiente de mercado volátil e uma incerteza econômica em alguns mercados-chave”, afirmou Mark Cutifani, presidente da companhia, em comunicado.

Minas Rio

A mineradora anunciou a expectativa de produção para o projeto brasileiro de Minas Rio que, após atraso no início da operação, iniciou as atividades em outubro do ano passado.

Depois de divulgar a produção de 3 milhões de toneladas (Mt) no primeiro semestre, a companhia manteve a projeção de entregar de 11 Mt a 14 Mt até o fim do ano. Para 2016, a expectativa de produção para Minas Rio é de 24 Mt a 26 Mt.

Nos resultados do primeiro semestre, o projeto de Minas Rio respondeu pela terceira baixa contábil feita pela Anglo American desde que a mineradora adquiriu o ativo, em 2008.

Em 2012, a perda foi de US\$ 4,96 bilhões e, no ano passado, foi registrada uma baixa de US\$ 3,8 bilhões.

Ações da Vale têm forte queda com preocupação sobre preço do minério

28/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

As ações da Vale fecharam em forte queda nesta sexta-feira, mesmo depois que seus dados de produção superaram as expectativas, em meio à continuação das preocupações sobre os preços do minério de ferro e de outras commodities metálicas exploradas pela companhia.

As ações preferenciais classe A (PNA) fecharam no menor nível desde outubro de 2006, com queda de 2,3%, a R\$ 14,03. A ação ordinária (ON) caiu 3,06, a R\$ 16,79, menor nível desde 2008.

Os recibos de ações negociados na bolsa de Nova York (ADRs) com lastro na ON fecharam com queda de 4,17%, a US\$ 5,06, menor nível histórico dos papéis. O ADR com lastro na ação PNA caiu 3,44%, a US\$ 4,21, também menor nível histórico.

Segundo o BTG Pactual, os dados da produção do segundo trimestre, que foram publicados ontem de manhã, superaram as expectativas. "Infelizmente, a performance operacional levemente melhor em minério de ferro é muito pequena para sustentar uma reversão duradoura no sentimento negativo do mercado", disse o banco.

O banco acredita que uma pressão significativa nos preços do minério de ferro deve permanecer pelos próximos dois a três anos, com a expectativa de mais oferta entrando no mercado ao mesmo tempo em que a demanda na China está caindo.

Fim de obras da mineradora afeta cidades como Itabira e Nova Lima

28/07/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

Nos últimos cinco anos, a construção de quatro usinas de beneficiamento de minério de ferro pela Vale aqueceu a economia de cidades como Itabira e Nova Lima, em Minas Gerais.

Só na unidade de Vargem Grande as obras movimentaram 18,6 mil toneladas de estruturas metálicas e 7,2 milhões de metros cúbicos em aterro na terraplenagem, o equivalente a duas torres Eiffel e 3,4 Maracanãs. O fim das obras acabou coincidindo com a queda livre do preço do minério de ferro e com o freio na economia do País, aumentando o baque na região.

Para tirar o Projeto Itabiritos do papel cerca de 45 mil pessoas trabalharam desde 2010, apenas de empreiteiras contratadas. Boa parte da mão de obra veio de fora, o que impulsionou atividades como o comércio e o mercado imobiliário.

Presidente da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Itabira (Acita) e dono de uma imobiliária, Marco Aurélio Garcia Matos, conta que o aluguel de um apartamento de 74 m² no bairro Amazonas saltou de R\$ 550 antes das obras para R\$ 1,5 mil no seu auge. Em 2015 o aluguel já baixou a R\$ 900.

"O que está assustando as pessoas em Itabira é que a queda do preço do minério de ferro está culminando com o final do projeto da Vale. Era algo previsto, mas nem todos se

preparam”, diz ele, para quem a economia local está “de volta para o passado” após uma espécie de bolha gerada pelo Itabiritos.

Corte

O Sindicato Metabase Itabira registra 300 demissões diretas de funcionários pela Vale em 2015, contra uma média histórica anual de 120. É impacto da derrocada do preço do minério.

A cotação do produto acumula queda de cerca de 30% no ano, o que reduz a arrecadação de royalties sobre a commodity pelas prefeituras dos municípios produtores.

Apesar disso, Matos avalia que a situação é menos grave que a gerada pela crise financeira global de 2009.

O Metabase estima ainda que 3.200 terceirizados das obras do Projeto Itabiritos foram dispensados desde janeiro. Segundo a Vale, seis mil pessoas ainda atuam nos projetos Cauê Itabiritos e Conceição Itabiritos I e II, que serão desmobilizados até o fim de 2016.

Mais antigas, as operações da Vale em Minas têm sido mais atingidas que as do Pará pelo cenário negativo. Neste mês a companhia confirmou o corte de 25 milhões de toneladas de produção de minério de ferro nos sistemas Sul e Sudeste, localizados no Estado.

No dia 7, a mineradora pôs em férias coletivas por um mês 170 empregados de usinas de tratamento de minério a seco das minas de Feijão e Jangada, em Brumadinho e Sarzedo. As unidades foram paralisadas porque produzem um minério mais pobre a um custo alto.

Usinas lançam rota de minério 3.0; Vale mira 4ª onda

28/07/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

A tecnologia desenvolvida para viabilizar o aproveitamento econômico do itabirito compacto de Vargem Grande e Itabira (MG) inaugura a terceira onda de exploração do minério de ferro pela Vale na região.

Na década de 60 a companhia viveu situação parecida com as reservas de hematita (rocha com minério de alta qualidade) da mina de Cauê, a maior da empresa na época, que entrava em declínio.

Para solucionar o problema, a Vale criou em 1965 o Centro de Desenvolvimento Mineral (CDM). Pesquisadores desenvolveram a técnica de beneficiamento do minério de rochas de itabirito friável, com teores entre 40% e 60% de ferro, menor que o da hematita. O salto tecnológico foi fundamental em um momento em que a Austrália se tornava relevante no setor.

A terceira safra, inaugurada pelo Projeto Itabiritos, exigiu a construção de usinas com mais de uma etapa de britagem, peneiramento e passagem por um sistema de moinhos. A ideia é reduzir ao máximo o tamanho do minério antes de passar pela etapa de flotação, onde são retiradas as impurezas.

Segundo o diretor de Exploração e Projetos Mineraias da Vale, Marcio Godoy, uma quarta onda já está no radar da Vale.

"Fazemos estudos para permitir o reprocessamento de rejeitos e o aproveitamento de outros tipos de minério, depositados em maior profundidade e com teores de ferro ainda menores."

Ferrovias ganham destaque em novo plano do governo

28/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

Mais modesto, realista e atraente aos olhos da iniciativa privada, o novo Programa de Investimento em Logística, o PIL 2, se vale das lições do programa anterior para não repetir seus erros.

Lançado em 9 de junho, o PIL 2 totaliza investimentos de R\$ 198,4 bilhões, dos quais R\$ 69,8 bilhões serão aplicados até 2018. Trata-se de uma série de projetos com destaque para as ferrovias, cujo aporte deve somar R\$ 86,4 bilhões, cerca de 40% do total.

O PIL 1, lançado em 2012, previa investimento inicial de R\$ 133 bilhões. Agora, três anos depois, boa parte dos projetos não saiu do papel, sobretudo em rodovias, ferrovias e portos. Um dos entraves que o governo promete evitar agora é o excesso de burocracia e um modelo de concessão que vinha afastando os investidores. A iniciativa privada terá mais voz e participação.

Outra novidade é a volta do modelo em que a concessão é dada ao grupo que paga mais pelo direito de operar portos, ferrovias e rodovias. No PIL 1, o critério de seleção era o menor preço pago pelo usuário.

As novas regras são vistas com certo otimismo por analistas da área. "O governo sinaliza com uma menor intervenção. Isso é muito importante para que se consiga, realmente, atrair o setor privado com projetos que são mais compatíveis com a conjuntura, com a realidade econômica do país, e a especificidade de cada um dos projetos", diz Mariana Oliveira, economista especializada na área de logística e transporte da Tendências Consultoria Integrada. "Nesse sentido, as regras de estímulo a um equilíbrio econômico financeiro dos leilões são positivas", afirma.

Na avaliação do professor Manoel Reis, coordenador da FGV/Eaesproj, o PIL de 2012 foi uma "experiência negativa exatamente por causa da pressa, do despreparo e da tentativa de limitação de lucros". Para ele, especialista em logística, quase nada foi feito com relação às intenções iniciais.

"Na área de aeroportos, existia uma proposta de apoio ao desenvolvimento de 270 aeroportos nacionais cujo objetivo era estimular a aviação nacional para aumentar a mobilidade dos brasileiros a um custo conveniente", ressalta Reis.

"À época, foi feita exclusivamente a concessão de algumas rodovias dentro do plano e que estão sendo duplicadas e nada mais. Não houve concessão de portos, ferrovias e aeroportos", completa.

Para o professor, o cenário agora é diferente e, no seu entender, será "possível implementar pelo menos parte do que está proposto no que tange a ferrovias, portos e rodovias".

Da parte da iniciativa privada, ele acredita que não faltará recursos, a julgar por interesses internacionais, como o sinalizado pelos chineses. "As concessões devem ganhar mais força no próximo ano. Como já houve uma experiência negativa, o lançamento dessa alternativa é uma tentativa de contornar um problema de incompetência.

É uma forma de tentar se corrigir o PIL 1, pois o Brasil já chegou no limite extremo da pobreza em infraestrutura logística", acrescenta Reis.

O pacote em rodovias também ganha fôlego. Ele abre espaço para que concessionárias que já administram algumas estradas façam investimentos não previstos em seus contratos iniciais. Além de prever a concessão de mais 11 novos trechos de estradas federais. Segundo o PIL 2, nesse modal, ainda serão realizados neste ano quatro leilões de projetos anunciados em 2014.

Otimista, o governo festejou o grande interesse de empresas em elaborar estudos técnicos e de viabilidade para concessões de 11 trechos de rodovias.

Segundo o Ministério dos Transportes, foram recebidas propostas de 27 empresas interessadas para a concessão da BR-262 - trecho de 305 km que corta Espírito Santos e Minas e que terá investimento de R\$ 1,9 bilhão. "Estou otimista quanto ao sucesso das novas concessões", diz o ministro dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues.

O ministro da Aviação Civil, Eliseu Padilha, explica que a expectativa do governo em relação ao programa de concessões de infraestrutura é leiloar apenas uma rodovia neste ano. No caso dos portos, envolve todo o licenciamento ambiental. Então é mais complexo. O ministro observa, no entanto, que a vontade do governo seria "levar à concessão imediatamente".

Porém reconhece que é impossível. Ele adianta que "a União, antes de lançar os editais, de formatar o edital, vem dialogar de forma profunda, tecnicamente, quanto ao programa de concessão".

Arejado, com mais investimentos e modelos de licitação moldados a cada concessão, o PIL 2 começa com planos ambiciosos. Nos seus R\$ 198,4 bilhões estão previstos sete aeroportos regionais, sendo seis em São Paulo, além dos aeroportos de Porto Alegre, Florianópolis, Salvador e Fortaleza, que estavam no plano anterior.

Em ferrovias, serão R\$ 86,4 bilhões em investimentos e, na aérea portuária, foram incluídos diversos terminais nos portos de Santos, Belém, Paranaguá, Itaquí, Santana, Manaus, Suape, São Sebastião, São Francisco do Sul, Aratu, Santos e Rio de Janeiro. Os primeiros leilões são esperados ainda neste ano e haveria uma segunda leva no primeiro semestre do próximo ano.

Além de injetar recursos na economia enfraquecida, os investimentos do PIL 2 tentam recuperar um terreno onde o país é perdedor há anos. Um estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) - "Competitividade Brasil 2014" - mostra o Brasil em último lugar em um ranking de infraestrutura que o compara com 14 outras nações que disputam espaço no mercado mundial, como Austrália, México, Espanha, Índia e Rússia.

Quando se analisa por modais, o país fica em último em portos e aeroportos, e em 13º nos quesitos ferrovias e rodovias.

Indústria naval já demitiu 14 mil neste ano

28/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

O ex-supervisor de solda do estaleiro Rio Nave, no Caju (região central do Rio de Janeiro), Edno dos Santos, completaria 40 anos de trabalho na indústria naval em 2015. A crise que atinge o setor, no entanto, fez com que Santos interrompesse as suas atividades antes do planejado. Como ele, outros 14 mil funcionários foram demitidos dessa indústria somente neste ano, de acordo com estimativas do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval).

Tido como vitrine da política industrial do governo, o setor naval revive o cenário de crise da década de 80, com dificuldade de financiamento, cortes de encomendas e falta de competitividade no mercado internacional.

"É a segunda grande crise da indústria naval que vivencio, mas dessa vez é pior. Na anterior, não fui diretamente afetado, mas agora estou vendo diversos colegas desempregados. Eu, que nunca tinha parado de trabalhar, estou em casa sem perspectiva de conseguir uma vaga", lamenta Santos. Aos 59 anos, ele busca há meses um novo emprego, mas os estaleiros que procurou "ou estão fechando as portas ou em processo de demissão em massa".

No último mês, foi o estaleiro Eisa Petro Um, em Niterói, que encerrou as atividades e suspendeu o contrato de mais 2 mil trabalhadores. Agora, os contratos de construção de oito embarcações da Transpetro foram rescindidos e não há previsão de retomada.

A situação pode piorar com o corte de 37% nos investimentos da Petrobrás, que suspendeu 9 plataformas e pode acarretar a redução de outros 90 navios de apoio, segundo estimativas do Sinaval.

"Estamos apenas no início do processo de crise", avalia Floriano Carlos Martins, professor de Engenharia Oceânica da Coppe/UFRJ. Segundo ele, a indústria repetiu erros da década de 80, quando tinha grande dependência de incentivos e financiamentos públicos, que agora serão reduzidos diante da crise fiscal no País.

"É uma situação previsível. Houve tempo para as empresas se estruturarem, melhorarem o desempenho e buscarem competitividade. O dever de casa não foi feito e já se sabia que a ideia de basear a indústria permanentemente em benefícios estatais era errada."

Entre os erros, Martins cita ainda a falta de "planejamento consistente" para a gestão dos estaleiros, desenvolvimento de tecnologia nacional e qualificação profissional. Por isso, muitos trabalhadores sofrem para reencontrar uma posição no mercado. Postos de baixo nível técnico ou altamente especializados são os mais atingidos.

É o que ocorre com Edno Santos, que hoje não consegue sustentar a família com sua aposentadoria. "Tenho saúde, preciso complementar a minha renda, mas não consigo encontrar nada. O pior é que como tinha uma renda boa, não consigo emprego com salários menores."

Benefícios

A crise da indústria naval foi agravada com a Operação Lava Jato, da Polícia Federal. Com o cerco às fornecedoras da Petrobrás, bancos e instituições de fomento reforçaram o controle sobre financiamentos, o que limitou o capital dos estaleiros.

Com o fluxo de caixa comprometido, gestão ineficaz e crédito restrito, muitos estaleiros ficaram sem recursos para tocar as operações e pagar até mesmo as indenizações trabalhistas.

Cleiton Freitas da Cruz, 36 anos, perdeu o emprego após cinco anos trabalhando em um estaleiro do Rio. Apostava em uma crise passageira, contraiu empréstimo de R\$ 2,5 mil, mas a dívida já passa de R\$ 8 mil.

O ex-mecânico montador esperava a rescisão para quitar o débito, mas quase um ano depois ainda não recebeu nada. Sua demissão nem sequer foi registrada na carteira de trabalho, o que impossibilita acesso ao FGTS e seguro-desemprego. "O departamento de recursos humanos diz que não tem dinheiro para pagar todos os demitidos, que estão

quitando isso aos poucos." Desde quando foi dispensando, Cruz conseguiu apenas dois bicos, um como bombeiro hidráulico por 22 dias e o outro de pedreiro por cinco semanas.

Sindicalistas do setor estão mobilizados para superar a fase. Nesta semana, representantes dos trabalhadores foram a Brasília conversar com autoridades e articular uma reunião para a próxima semana com o presidente da Petrobrás, Aldemir Bendine.

A ideia é saber como ficará a situação dos estaleiros com a revisão do plano de investimentos da petroleira. "Precisamos ter uma perspectiva de como será o comportamento do setor nos próximos meses", afirmou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, Jesus Cardoso.

VW projeta cenário ainda pior em 2015

28/07/2015 - Fonte: Automotive Business



Antes de esperar por qualquer melhora do mercado nacional, os principais executivos de vendas da Volkswagen projetam para si e seus concorrentes cenário ainda pior do que o visto no primeiro semestre deste ano, quando os emplacamentos caíram 20% na média geral e quase 30% para a marca, que já perdeu 2,1 pontos percentuais de participação no período, com 15,5%. "Está difícil. Esta é a pior crise que já atravessamos aqui.

O Brasil é assim, cheio de altos e baixos, vai voltar a crescer, mas pode demorar", avaliou David Powels, que assumiu este ano a presidência da Volkswagen do Brasil, em rápida conversa com jornalistas pouco antes do jantar de lançamento do Up! TSI, no fim da semana passada.

"Nossa mensagem aos concessionários tem sido para preservar as finanças, cortar custos e desperdícios, porque essa crise ainda demora a passar, só no segundo semestre de 2016 devemos voltar a respirar", avalia Ivan Segal, que há um ano é diretor de vendas da empresa no País, após bem-sucedida experiência no comando da Citroën no Brasil e América Latina de 2010 a 2013. Para o executivo, "2015 ainda não chegou ao fundo do poço".

Segal trabalha com a possibilidade de tombos ainda mais aprofundados do mercado. Para preservar a rede, ainda a maior do País com 640 lojas, o diretor conta que vem acompanhando de perto a situação dos concessionários, inclusive com a decisão de fechar alguns pontos que perderam rentabilidade e viabilidade com a retração severa das vendas.

"Felizmente temos muito menos grupos do que concessionárias. Assim o que estamos fazendo é negociar a redução do número de lojas de alguns distribuidores", informa o argentino Jorge Portugal, que em junho assumiu a vice-presidência de vendas e marketing da Volkswagen do Brasil.

Segal revela que mesmo as vendas diretas a frotistas, que normalmente costumam compensar períodos de baixa nas concessionárias, também entraram em declínio. "Faz dois meses que as vendas corporativas acompanham o varejo. Isso aponta para queda ainda pior do mercado", diz. Ele afirma também que os negócios com frotas chegaram a

um certo limite de rentabilidade: "Além de certo ponto (leia-se descontos nos preços) não podemos mais ir."

Boa parte das perdas da Volkswagen este ano está ligada à derrocada do desempenho do Gol, que perdeu a liderança de mercado mantida por de mais de 20 anos e este ano caiu para a sexta posição entre os veículos leves mais vendidos do País no primeiro semestre. Isso porque no fim de 2014 as vendas do modelo a frotistas chegaram a representar 60% das vendas.

A briga entre participação de mercado e rentabilidade tem sido uma constante entre as maiores fabricantes de veículos instaladas no País. "Para quem tem uma estrutura grande como a Volkswagen, é preciso ter escala de produção alta, pois sem isso a rentabilidade também não acontece", diz Jorge Portugal.

Fiat Chrysler receberá multa recorde nos EUA

28/07/2015 - Fonte: Automotive Business



A Fiat Chrysler Automobiles será penalizada nos Estados Unidos por não ter completado 23 recalls que envolvem mais de 11 milhões de carros. A multa será recorde para a NHTSA, órgão responsável por fiscalizar a segurança automotiva no país. As informações foram apuradas pelo The Wall Street Journal e devem ser divulgadas em breve, quando a companhia assinar o acordo com a agência reguladora.

A punição foi causada por uma série de falhas da empresa, como deixar de alertar os proprietários sobre riscos envolvendo os veículos e atrasos para reparar problemas. O documento prevê que a Fiat Chrysler tome providências e conclua o recall de 1,59 milhões de veículos Jeep.

Alguns modelos mais antigos da marca com tanque de gasolina traseiro, como os Grand Cherokee e Liberty fabricados entre 1993 e 2007, apresentam alto risco de incêndio em caso de colisão e estão relacionados a uma série de acidentes fatais. A FCA trabalha na instalação de engates traseiros nestes modelos para corrigir o problema.

A NHTSA acusa a Fiat Chrysler de ter demorado demais para tomar a providência. A empresa justifica apontando que a maior parte dos clientes não está disposta a instalar o dispositivo.

Como solução para isso, a entidade quer que a fabricante ofereça dinheiro como recompensa aos consumidores que comparecerem às concessionárias para corrigir o problema. Caso estes clientes decidam trocar de carro, a empresa deve comprar os Jeeps usados por valor superior ao de mercado.

A multa recorde que deve ser anunciada para a FCA sinaliza fase mais rigorosa da NHTSA, que quer pressionar as montadoras para que elas sejam mais eficazes para corrigir defeitos de fabricação. Até então, o maior valor pago por uma montadora por não realizar recalls eram os US\$ 70 milhões com os quais a Honda teve de arcar no início de 2015.

A postura mais dura do órgão de segurança é uma resposta às acusações que a entidade

tem recebido recentemente de não fiscalizar corretamente as fabricantes de veículos. As críticas vieram depois dos problemas de segurança enfrentados pela General Motors recentemente, que precisou convocar milhões de carros nos Estados Unidos e em outros países por causa de defeitos nos airbags produzidos pela Takata.

Turbos Garrett Reman chegam ao mercado

28/07/2015 - Fonte: Automotive Business



A Garrett ganhou uma divisão de produtos remanufaturados pela própria fábrica. São turbinas para veículos comerciais a diesel e recebem a identificação Garrett Reman. Elas têm um ano de garantia e começaram a chegar aos distribuidores neste mês.

“A linha é interessante para aqueles que têm veículos com oito a dez anos de uso”, afirma Christian Streck, diretor-geral da Honeywell Transportation Systems, que produz os turbos Garrett. A fabricante considerou a idade média avançada da frota comercial no Brasil para implantar o programa Reman no País.

O projeto foi desenvolvido e aprovado no fim de 2014. “Reformamos um galpão inteiro em Guarulhos no primeiro semestre de 2015 para a remanufatura das turbinas”, afirma Streck.

Sem citar valores, o executivo garante preços competitivos num mercado que pratica para turbinas recuperadas algo entre 60% e 70% de uma nova. “Também haverá desconto significativo àqueles que derem a turbina Garrett usada como base de troca”, recorda Streck.

Bancos PSA e Santander também firmam parceria no Brasil

28/07/2015 - Fonte: Automotive Business

O Banco PSA Finance, braço financeiro do Grupo PSA Peugeot Citroën, amplia seu acordo de parceria com o Banco Santander, firmado há um ano na Europa: desta vez as empresas assinam um acordo de cooperação no Brasil, para a criação de uma joint venture.

O Banco Santander Brasil irá adquirir ações das sociedades financeiras do Grupo PSA no País e a parceria assumirá a forma de uma instituição financeira em 50/50 pelas duas partes.

A operação, divulgada no dia 24 deste mês pela matriz do Banco PSA em Paris, na França, ainda está sujeita à aprovação das autoridades concorrenciais e das autoridades regulatórias bancárias no Brasil.

"Este acordo é primordial para a reconstrução dos fundamentos econômicos do Grupo no Brasil. Graças à parceria com o Banco Santander Brasil, o Banque PSA Finance poderá oferecer preços competitivos aos clientes de nossas três marcas Peugeot, Citroën e DS", declarou em nota Jean-Baptiste de Chatillon, diretor financeiro mundial da PSA Peugeot e presidente do Banque PSA Finance.

O acordo entre o Banco PSA e o Banco Santander tem como objetivo a expansão das operações financeiras, como financiamentos em concessionárias das marcas Peugeot, Citroën e DS nos países onde as duas instituições pretendem abrir joint ventures. As primeiras começaram a funcionar na França e no Reino Unido no início deste ano.

Confiança de serviços recua 2,9% em julho e tem nova mínima histórica

28/07/2015 - Fonte: Reuters

O Índice de Confiança de Serviços (ICS) recuou 2,9 por cento em julho na comparação com o mês anterior, perdendo força pelo terceiro mês seguido e atingindo nova mínima histórica, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) nesta terça-feira.

Em julho, o ICS atingiu 78,4 pontos, ante 80,7 pontos no mês anterior, quando teve queda de 4,5 por cento.

"Ao início do segundo semestre, as expectativas voltam a piorar, sugerindo a continuidade da fase de queda no ritmo de atividade do setor", destacou o consultor da FGV/IBRE, Silvio Sales.

Segundo ele, entre os fatores que afetam de forma negativa a confiança do setor de serviços estão o enfraquecimento do mercado de trabalho, a redução da demanda empresarial, a alta da inflação e a diminuição da confiança do consumidor.

O Índice da Situação Atual (ISA-S), segundo a FGV, avançou 4,8 por cento em julho sobre o mês anterior, para 59,4 pontos. Mas o Índice de Expectativas (IE-S) caiu 7,1 por cento, a 97,4 pontos.

GM e chinesa SAIC vão desenvolver veículos compactos para mercados emergentes

28/07/2015 - Fonte: Reuters

A General Motors disse nesta terça-feira que investirá 5 bilhões de dólares durante os próximos anos para desenvolver, com sua parceira chinesa, uma nova família de veículos Chevrolet direcionados para mercados emergentes que crescem rapidamente, no processo de oferecer a investidores um novo motivo para rejeitarem uma fusão com a Fiat Chrysler Automobiles.

Pela primeira vez, a GM desenvolverá a base de uma nova linha global de veículos em colaboração com a Shanghai Automotive Industry Corp (SAIC), a estatal chinesa que é a parceira primária da GM na China, o maior mercado automotivo do mundo.

A GM e a SAIC vão projetar utilitários esportivos e carros compactos da marca Chevrolet que começarão a ser vendidos em 2019 em mercados em crescimento fora dos Estados Unidos e Europa, incluindo Índia, China, Brasil e México. Os 5 bilhões de dólares vão cobrir a parte da GM no projeto de veículos e adaptação das fábricas, disse a GM.

"Estamos aproveitando vantagem significativa da escala global que possuímos", disse o presidente da GM, Dan Ammann, em entrevista coletiva na segunda-feira antes da viagem planejada ao Brasil. A GM deve detalhar nesta semana investimentos no Brasil e na Índia ligados ao projeto.

A presidente-executiva da GM, Mary Barra, rejeitou uma proposta de sua contraparte da FCA, Sergio Marchionne, para que considere combinar as duas companhias para gerar melhores economias de escala ao desenvolver veículos em conjunto.

Michelin vê preços menores dos pneus como desafio para atingir metas

28/07/2015 - Fonte: Reuters

A Michelin disse na segunda-feira que a queda nos preços em resposta à competição mais acirrada na Ásia está pesando mais do que o esperado no lucro, levando as ações da fabricante de pneus francesa para baixo.

A companhia manteve suas metas para o ano após divulgar ganhos sólidos nas vendas e lucro do primeiro semestre, enquanto reconhece que estas metas podem agora ser mais difíceis de serem alcançadas.

"Estamos nos deparando com pressão nos preços, especialmente em mercados como a China e os mercados do sudeste asiático para onde a China exporta," disse a repórteres o vice-presidente financeiro, Marc Henry, na apresentação dos resultados da empresa em Paris.

O lucro líquido da companhia subiu 13,3 por cento para 624 milhões de euros (691 milhões de dólares), enquanto a receita avançou 8,5 por cento para 10,5 bilhões de euros, batendo a expectativa média de 10,3 bilhões da pesquisa da Thomson Reuters com seis analistas.

Na América Latina, a queda na demanda por pneus de carros e caminhões se acentuou no segundo trimestre.

A dívida líquida da Michelin mais que dobrou, para 1,8 bilhão de euros, em 30 de junho, contra os 707 milhões de euros no final de 2014, seguindo 600 milhões de euros em emissão de bônus e a recompra de ações.

Resultado da Ford supera expectativas com lucro na América do Norte

28/07/2015 - Fonte: Reuters

O lucro da Ford no segundo trimestre superou as expectativas de Wall Street, graças ao contínuo fortalecimento das vendas na América do Norte.

A Ford manteve sua previsão para o ano de 2015 de lucro operacional entre 8,5 e 9,5 bilhões de dólares.

O lucro líquido da montadora foi de 1,89 bilhão de dólares, ou 0,47 dólar por ação. Não houve itens não-recorrentes e os 0,47 dólar por ação também superou as expectativas dos analistas de 0,37 dólar por ação, de acordo com a Thomson Reuters I/B/E/S.

A receita trimestral da Ford, de 37,3 bilhões de dólares também bateu as expectativas de 35,34 bilhões.

Após 7 anos, ERB tira do papel usina de cogeração

28/07/2015 - Fonte: Exame



A Energias Renováveis do Brasil (ERB) vai inaugurar nos próximos dias sua fábrica de cogeração de energia de bagaço de cana na usina de açúcar e álcool Santa Vitória, que pertence aos grupos Dow Chemical e Mitsui.

O projeto Santa Vitória ficou conhecido em 2007, quando a extinta usina Santa Elisa, de Sertãozinho (SP), que pertencia à família Biagi, tradicionais usineiros da região de Ribeirão Preto, anunciou um aporte bilionário para a construção dessa usina em Minas.

O negócio não vingou e a Santa Elisa foi incorporada ao grupo francês Louis Dreyfus. À época, o projeto Santa Vitória foi vendido à americana Dow Chemical e à japonesa Mitsui.

Em 2013, as companhias venderam o projeto para a ERB, que começou a se especializar em unidades de cogeração, utilizando bagaço de cana e eucalipto, instaladas em grandes companhias que precisam de energia.

A unidade de Santa Vitória recebeu um aporte de R\$ 240 milhões e vai usar bagaço de cana para gerar até 41 megawatt (MW) de energia, afirmou Danilo Nakano, diretor de operações e novos negócios da ERB, que tem entre os sócios a holding MDPar, o Fundo Caixa Ambiental (administrado pela Mantiq Investimentos, do Grupo Santander), a BNDESPar e a Rioforte, da família Espírito Santo.

"Temos outros oito projetos em desenvolvimento em outras regiões", disse Nakano. Segundo ele, esses oito projetos somam aportes de R\$ 3 bilhões. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Após comprar ativos da Rio Tinto, ICVL visa expansão

28/07/2015 - Fonte: Exame



Um ano após a Rio Tinto desistir de seu empreendimento de carvão em Moçambique, a empresa indiana que comprou os ativos está planejando uma ambiciosa expansão. A mina Benga, adquirida da Rio Tinto pela International Coal Ventures Private Limited (ICVL), tem uma capacidade de produção atual de 5,3 milhões de toneladas por ano, mas a meta é de

13 milhões de toneladas em cinco anos, disse o diretor da ICVL Moçambique, Nirmal Chandra Jha, nesta segunda-feira.

Jha, falando em uma conferência sobre carvão em Moçambique, disse que a mina está atualmente produzindo 4 milhões de toneladas por ano e menos da metade do total tem qualidade para exportação.

"Nós esperamos que, em cinco anos, a infraestrutura também melhorará. Esta é uma grande esperança", disse Jha à Reuters nos bastidores da conferência.

Os desafios de infraestrutura foram uma grande razão por trás da decisão da Rio Tinto de deixar Moçambique, que tem algumas das maiores fontes inexploradas de carvão no mundo, mas ainda está se recuperando de uma guerra civil que acabou duas décadas atrás.

Ainda há desafios relacionados aos preços baixos, obstáculos para investimentos e expansões no atual ambiente. Mas a ICVL foi criada pelo governo indiano para adquirir e desenvolver ativos de carvão para as necessidades de estatais como a Steel Authority of India e, portanto, a empresa tem potenciais fontes de financiamento.

Confiança da construção da FGV cai 4,7% em julho ante junho

28/07/2015 - Fonte: Exame



O Índice de Confiança da Construção (ICST) recuou 4,7% em julho na comparação com junho, para 70,2 pontos, na série com ajustes sazonais, divulgou nesta manhã de terça-feira, 28, a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Este é o nível mais baixo de toda a série histórica, iniciada em julho de 2010. Na comparação com o mesmo mês de 2014, o ICST registrou retração de 32,5%, de acordo com a FGV. No ano, a confiança da construção acumula queda de 26,5%

Em julho, a baixa do índice em relação a junho decorreu tanto da piora da percepção do empresariado em relação à situação corrente como sobre o futuro dos negócios.

O Índice da Situação Atual (ISA) recuou de 1,2% na margem para 56,6 pontos. Já o Índice de Expectativas (IE) caiu 7,0%, para 83,7 pontos em julho, uma mínima histórica, destaca a FGV. Em junho, o IE havia avançado 3,0% e contribuído para a relativa estabilidade (0,1%) do ICST.

Neste mês, o indicador que mede as perspectivas em relação à evolução da situação dos negócios nos seis meses seguintes contribuiu para o recuo do IE, ao cair 9,1%, para 87,6 pontos.

No âmbito do ISA, o indicador que mede o grau de satisfação das empresas com a situação atual dos negócios caiu 3,7% ante junho, para 56,6 pontos, e foi a maior contribuição para a queda do componente.

Na passagem de julho de 2014 para julho de 2015, a proporção de empresas reportando número de contratos abaixo do normal avançou de 33,4% para 60,4%. No mesmo período, a porcentagem daquelas que avaliam a quantidade de negócios acima do normal recuou de 6,3% para 1,8%, de acordo com a FGV.

"A queda do indicador de confiança não surpreende, na medida em que não ocorreram fatos capazes de alterar o quadro de declínio da atividade no setor observado desde o ano passado", avalia Ana Maria Castelo, Coordenadora de Projetos da Construção da FGV/Ibre.

Para a especialista, "a pequena melhora das expectativas observada no mês anterior não teve respaldo da situação dos negócios" e segue majoritária a percepção entre o empresariado da construção de que a retração no setor deve persistir.

Apple quer parceria com BMW para criar seu carro elétrico

28/07/2015 - Fonte: Exame



A Apple tem dado alguns sinais de que deseja fazer mais do que apenas lançar um software para carros como o CarPlay: ela parece querer construir seu próprio carro elétrico.

Isso porque além de ter recrutado alguns talentos da área automobilística para seu time, a empresa da maçã estaria considerando uma possível parceria com a BMW para utilizar o modelo do veículo i3 como base para seu novo produto.

Segundo relatos na publicação alemã Manager Magazin, apesar de nenhuma delas ter chegado a um acordo ainda, as conversas entre as companhias começaram em 2014 e ambas concordaram em manter contato periodicamente.

O jornal também afirma que Tim Cook teria feito uma visita à sede da BMW em Leipzig, na Alemanha.

A data da visita pode ter sido ainda em fevereiro deste ano, mesma época em que o CEO da Apple estava visitando diversas empresas no país em busca de suprimentos para seu novo campus.

Além disso, desde o início do ano uma série de relatos envolvendo a Apple com a indústria automotiva veio a público.

A companhia, inclusive, já conta com centenas de funcionários trabalhando em um projeto de codinome "Projeto Titan".

Apesar de tantos indícios, não há garantia de que haverá um lançamento comercial de um “iCarro” no mercado.

Mas a companhia certamente tem demonstrado grande interesse em conquistar esse espaço, seja falando com empresas do setor ou contratando talentos com experiência na área.

PPE: inclusão de empresas terá formulário específico

28/07/2015 - Fonte: Portal TEM

O Comitê do Programa de Proteção ao Emprego (CPPE) determinou, a partir da Resolução Nº 2, publicada ontem (23/07), no Diário Oficial da União, os critérios para a adesão ao PPE. As regras indicam que, para entrar no Programa, a empresa precisa fazer a solicitação por meio de um formulário específico, disponível nos portais [Mais Emprego](#) e do [MTE](#).

Depois de preenchido no site, o documento será encaminhado ao CPPE contendo: CNPJ, razão social do empregador, dados gerais da empresa e de seu representante legal; informações do Acordo Coletivo de Trabalho Específico – ACTE firmado pela instituição aderente e o sindicato; setor e quantitativo de empregados que serão incluídos no Programa, bem como a folha de pessoal.

Restrições – Só podem participar do PPE empresas que comprovarem dificuldades econômico-financeiras, com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Os integrantes do Programa ficam proibidos de dispensar arbitrariamente, ou sem justa causa, os empregados que, no período em que vigorar a inscrição, tiverem sua jornada de trabalho temporariamente reduzida. Após seu término, também ficam impedidos durante o prazo equivalente a um terço do período de adesão.

Além disso, a entidade também não pode contratar funcionários para executar, total ou parcialmente, as mesmas atividades exercidas pelos trabalhadores abrangidos pelo Programa, exceto nos casos de reposição ou aproveitamento de concluinte de curso de aprendizagem na própria empresa.

PPE: entenda o Indicador Líquido de Empregos

28/07/2015 - Fonte: Portal TEM

Qualquer empresa, de todos os setores produtivos, que comprovar situação de dificuldade econômico-financeira por meio desse índice, pode aderir ao PPE

Desde que foi anunciada a criação do Programa de Proteção ao Emprego – PPE, surgiram questionamentos sobre como as empresas demonstrariam estar em dificuldade econômico-financeira para seus empregados poderem receber os benefícios.

O procedimento ficou esclarecido com a Resolução nº 2/2015 do Ministério do Trabalho e Emprego, que definiu o Indicador Líquido de Empregos (ILE) como principal referência para essa comprovação.

A Resolução, assinada pelo Ministro Manoel Dias e publicada nesta quarta feira (22) no Diário Oficial da União, estabeleceu regras e procedimentos para a adesão e o

funcionamento do PPE. Ficou determinado que será considerada em situação de dificuldade econômico-financeira a empresa, cujo ILE for igual ou inferior a 1%.

Portanto, não há restrições quanto a setores produtivos ou ao tamanho do empreendimento. O que existe é um critério matemático, relacionado à situação de fragilidade econômica particular a qualquer empresa que solicite adesão ao PPE.

O ILE é um percentual que representa a diferença acumulada entre o número de admissões e demissões realizadas nos últimos doze meses, em relação ao total (estoque) de empregados da empresa verificado no 13º mês anterior ao da solicitação de adesão ao PPE. Esses dados deverão estar devidamente registrados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED.

Cálculo do ILE – Uma empresa com, atualmente, mil empregados, contratou 120 nos últimos 12 meses e desligou 111 no mesmo período, terá admitido nove funcionários a mais do que demitiu no período. Com isso, seu Indicador Líquido de Empregos será positivo, com valor de 0,9%. E, como o valor é inferior a 1%, essa empresa estará habilitada para participar do PPE.

O mesmo vale para as empresas que tiverem demitido mais funcionários do que admitido, já que seu ILE será negativo.

Porém, mesmo que a empresa obtenha um resultado superior a 1% no cálculo do indicador, poderá apresentar à secretaria-executiva do Conselho do PPE – responsável pela gestão do Programa – outras informações que julgar relevantes para comprovar sua situação de dificuldade econômico-financeira. A Resolução nº 2 prevê, inclusive, que as regras e procedimentos nela previstos poderão ser aprimorados nesse sentido.